

Nº 73 - SETEMBRO DE 2020

# JORNAL DA APUB

SINDICATO DOS PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES  
FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA



**APUB**  
SINDICATO



**CUT**  
BAHIA



APUB NA QUARENTENA

## Retomada das atividades de ensino impõe novos desafios para docentes

Página 3

---

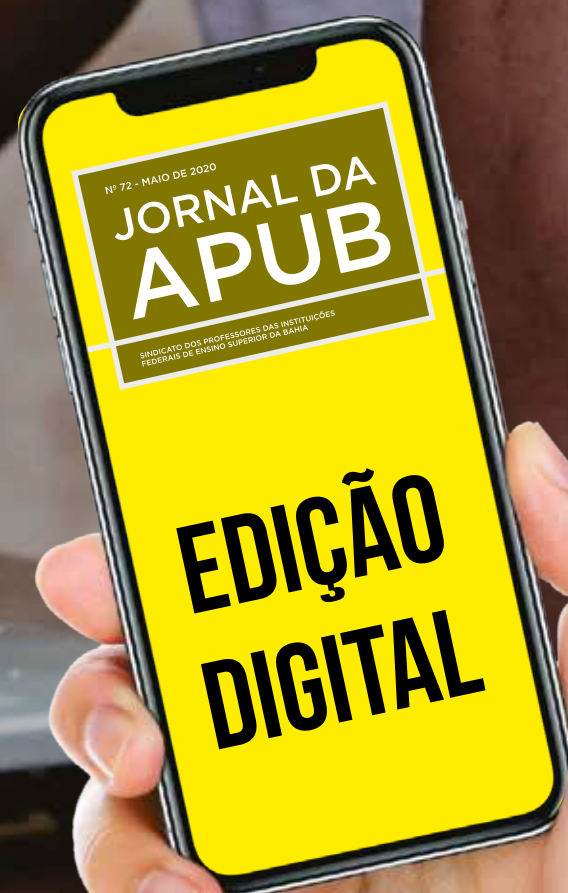
Setor jurídico da Apub  
informa sobre processos  
em andamento

Página 16

---

Malês: campus da  
UNILAB resiste

Página 13



## ► EDITORIAL

# Nosso tempo

Passados quase seis meses do início das medidas sanitárias de controle da pandemia, sinais de relaxamento e negação estão em toda parte a despeito das mais de 100 mil mortes, em números oficiais. Nesse período, tivemos que criar e nos adaptar a outras formas de trabalho e mobilização, com o desafio de planejar nossas atividades em um clima de espera indefinida e apreensão. Nem mesmo a pandemia – que não sabemos até quando irá durar – foi capaz de arrefecer os impulsos autoritários e o projeto de desmonte de direitos sociais que o governo atual representa. Se por um lado, conseguimos, mesmo em circunstâncias adversas, algumas importantes vitórias, como a aprovação do auxílio emergencial e o Fundeb permanente (pág. 09), por outro, as nossas Universidades e Institutos veem seu orçamento de 2021 ameaçado por cortes e as carreiras do serviço público são alvo da nova proposta de Reforma Administrativa.

Com tudo isso acontecendo, damos os nossos primeiros passos na educação online. O Semestre Letivo Suplementar (pág. 03), cujo caráter extraordinário e experimental precisamos reafirmar, será de novas aprendizagens para uma categoria que não abre mão de responder ao seu compromisso social com qualidade e excelência, marcas do nosso trabalho, mesmo que sobre nós parem discrepâncias geracionais, de infraestrutura e atravessamentos de gênero, classe, etnia. Nunca falamos tanto em formação docente e trabalho colaborativo. Não confundimos o formato proposto de ensino emergencial com Educação à Distância, nem aceitaremos que a mediação online seja aplicada sem maiores reflexões, sacrificando a qualidade do ensino ou precarizando a atividade docente. Nossas posições, mesmo distintas, convergem para o desafio de retomar o ensino a partir dos recursos disponíveis, ainda que insuficientes, mas, citando a Resolução CAE-UFBA 01.2020, “com uma concepção didático-pedagógica alinhada ao momento emergencial e aos fundamentos contemporâneos da educação online, que apontam para a superação do paradigma do ensino transmissivo em processos formativos.

O debate do ensino online traz ainda outros pontos que precisamos problematizar: a segurança de nossos dados, nossa saúde física e mental e como vamos responder ao desafio do calendário em 2021. Não tem sido fácil, mas seguimos inquebrantáveis e paradoxalmente otimistas, neste “Nosso Tempo”, cujas coisas, diz Drummond, talvez melhorem: “são tão fortes as coisas”!

Quer receber informações e notícias da Apub pelo whatsapp?

Mande um Oi para 9.9157-0037



71 3235-7433



71 9.9157-0037



WWW.APUB.ORG.BR



APUB@APUB.ORG.BR



APUBSINDICATO



APUBSINDICATO



APUBSINDICATO



APUBSINDICATO

## ▶ TRABALHO REMOTO

# Retomada das atividades de ensino impõe novos desafios para docentes

# Atividades de ensino online demandam adaptação e geram questionamentos a respeito de condições de trabalho e segurança

Suspensas desde o agravamento da pandemia de covid-19, em março, as atividades de ensino na UFBA – assim como em grande parte das universidades públicas brasileiras – serão retomadas de forma remota. O Semestre Letivo Suplementar da UFBA, por exemplo, que foi aprovado pelo Conselho Universitário no dia 21 de julho responde, ainda de forma experimental, a algumas inquietações acerca do cenário de incerteza provocado pela pandemia e a demandas para retomada das aulas, mas deixa em aberto questões às quais o sindicato tem se mantido atento. (Veja mais abaixo as datas de retomada das outras universidades federais baianas).

A inevitabilidade de discutir sobre as possibilidades do retorno às atividades de ensino superior ficou evidente a partir da constatação de que não haveria cura ou vacina para a covid-19 disponíveis em curto prazo. No entanto, a complexidade da questão - que já tomava corpo na educação básica - exigia



um debate antecipado, profundo e propositivo, o que foi interditado em diversas instâncias. Parte dessa inviabilização ocorreu em função da resistência política contra as tentativas do ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub e do governo Bolsonaro, de abrir precedentes para a implantação da Educação à Distância de forma precarizada e em larga escala nas IFES, expressas em medidas como a Portaria 544, que autorizava a substituição das disciplinas presenciais por aulas em meios digitais, a Medida Provisória 934, que desobrigou escolas e universidades do cumprimento da quantidade mínima de dias letivos.



A Apub, já no início da pandemia, abordou publicamente o assunto pela primeira vez durante a quarentena no dia 09 de abril, com a live “EAD, Docência e Universidade em tempos de pandemia”, que trouxe as professoras Lannara Guimarães (FACED/UFBA) e Adriana Bruno (Unirio) com mediação de Marta Lícia de Jesus, também docente da FACED e diretora do sindicato. Desde aquele primeiro momento, as principais preocupações levantadas eram a necessidade de não confundir conceitualmente aulas remotas com o modelo EAD, os desafios pedagógicos e qual seria a capacidade de acesso do corpo estudantil. Ressalta-se que a diferenciação entre os modelos didáticos e pedagógicos é agora também um dos desafios postos na implantação do SLS – é preciso conceituar, e possivelmente distinguir, ensino remoto e educação online, como pressuposto da formação e capacitação docente para a oferta das aulas.

Outros aspectos foram incorporados ao debate a partir da mesa “Docência e trabalho remoto em tempos de afastamento social”, que o sindicato realizou dentro da programação do Congresso Virtual da UFBA, dia 27 de maio. A mesa, que trouxe as professoras Cláudia Miranda (FACED/UFBA), Stella Goulart (APUBH Sindicato), Luciene Fernandes (ICS/UFBA) e a Superintendente da SEAD Márcia Rangel abordou a perspectiva das condições de trabalho e o atravessamento das questões de gênero, saúde mental e o nível de familiaridade da categoria com as ferramentas tecnológicas.

## Atenção às condições de trabalho

Com tudo isso em mente e diante da necessidade de ouvir os professores e professoras que a Apub iniciou, em junho, as passagens online nas unidades UFBA. Realizadas junto com reuniões de Congregação ou por demanda de grupos de docentes, as passagens se mantiveram como espaços qualificados de escuta e contribuíram na construção do posicionamento da entidade a respeito das aulas remotas. Até o momento, 23 unidades foram visitadas, atingindo cerca de 600 docentes. Ao avaliar esse movimento, a presidenta da Apub, professora Raquel Nery, destacou algumas dúvidas trazidas pelos/as docentes: “aquilo que antes eram inquietações muito abrangentes, agora não: são inseguranças a respeito do tempo, atividades síncronas, assíncronas e carga horária, ou relacionadas ao próprio funcionamento da plataforma de educação digital. Também há preocupação entre o público e o privado e os efeitos disso a médio e longo prazo na caracterização do trabalho remoto e da própria Universidade, além dos efeitos disso tudo na saúde docente, principalmente mental”.

Todas essas questões foram sistematizadas no documento “Docência na pandemia - por uma retomada com qualidade, segurança e atenção às condições de trabalho e saúde docente”, elaborado pela Apub e referendado na Plenária Virtual que o sindicato construiu junto à representação docente no Conselho Universitário e reuniu cerca de 140 professores e professoras na manhã do dia 21 de julho. No mesmo dia, à tarde, o professor Emanuel Lins, vice-presidente da Apub e membro do Consuni, votou a favor a proposta da reitoria para o Semestre Letivo Suplementar, com alterações apontadas no documento do sindicato (veja alguns tópicos no box).

Mesmo após a aprovação do SLS, o sindicato manteve-se em diálogo com a administração da UFBA; em reunião no dia 10 de agosto, a diretoria manifestou preocupação com a disponibilização de infraestrutura adequada à demanda – acesso à internet, equipamentos e plataformas – considerando a restrição orçamentária da Universidade, com possibilidade de agravamento no próximo ano. Também abordou a possibilidade de acúmulo de semestres em 2021 e a necessidade de respeitar as peculiaridades de cada unidade. “A Apub pretende acompanhar todo o processo; estamos sistematizando as orientações jurídicas a respeito dos direitos de imagem e propriedade intelectual e em diálogo com o STI sobre o funcionamento do sistema acadêmico”, disse a professora Raquel.

Ainda, o sindicato chama atenção para a equívoca responsabilização do corpo docente sobre problemas na oferta das disciplinas. As/os professoras/es, muitos sentindo insegurança devido à inexperiência com o formato, estão enfrentando a sobreposição das etapas, porque não houve tempo adequado para cada uma delas – reflexão sobre a especificidade da oferta,

formação docente, planejamento, matrículas e, finalmente, início das aulas.

Ressalta-se que, resguardada a autonomia didático-científica das professoras e professoras, é preciso fornecer subsídios para a boa execução das aulas, ou seja, possibilitar a tecnológica e metodológica compatível com os fundamentos da educação online e com o momento excepcional que vivenciamos.

Levando em consideração todos esses aspectos, a Apub pretende realizar ainda uma Assembleia Geral online, para a qual estuda o melhor suporte tecnológico, a fim de discutir amplamente os problemas do SLS, especialmente referente às condições de trabalho; além disso, a assembleia pretende tratar das mobilizações contra a PEC da Reforma Administrativa e do PLOA 2021. Ao mesmo tempo, a diretoria planeja formas de acompanhamento da rotina das/os docentes e diagnóstico das bases dos problemas, demandas que serão encaminhadas à Comissão de Acompanhamento do Semestre Suplementar.

Por fim, a incerteza em relação ao próximo ano demanda um esforço coletivo de antecipação de cenários para garantir a formação docente adequada, as condições materiais de trabalho e, não menos importante, o acesso das/os estudantes ao ensino de qualidade, como já é realizado nas Universidades públicas.



## Pontos defendidos pela Apub

- ▶ Desobrigação do cumprimento da carga horária nos termos da Resolução CONSUNI 03/2015
- ▶ Distribuição das atividades não presenciais em diferentes metodologias, com preferência para atividades assíncronas
- ▶ Disponibilização de recursos materiais para execução das atividades docentes não presenciais
- ▶ Formação, apoio pedagógico e suporte tecnológico
- ▶ Tecnologias preferencialmente públicas ou em software livre, buscando-se sempre a proteção dos docentes e discentes através de medidas adequadas de governança e segurança de dados
- ▶ Proteção dos direitos intelectuais dos docentes
- ▶ Oportunizar a possibilidade de desobrigar o/a docente que não se adaptar do desempenho das atividades de ensino não presenciais, mantendo as atividades de pesquisa e extensão

# SEMESTRES SUPLEMENTARES

**UFBA**

**Início: 08/09/2020**  
**Término: 18/12/2020**

**UFSB**

**Início: 17/08/2020**  
**Término: 26/09/2020**  
**\* reinício: 13/10/2020**

**UFRB**

**Início: 14/09/2020**  
**Término: 19/12/2020**

**UNILAB**

**Início: 24/08/2020**  
**Término: 23/10/2020**

**UFOB**

**Período Letivo Suplementar I:**  
**14/09/2020 a 03/11/2020**

**Período Letivo Suplementar II:**  
**05/11/2020 a 23/12/2020**



## ► SUCATEAMENTO

# Entidades em mobilização contra cortes de verbas e ataques ao serviço público

O governo Bolsonaro mantém seu projeto de ataque aos serviços públicos e direitos sociais, materializado atualmente em duas medidas pre-ocupantes: a Reforma Administrativa e o corte no orçamento do Ministério da Educação, que se reflete nas Universidades e Institutos Federais. A estimativa é que ocorra uma redução de 16% nas verbas discricionárias das instituições, que já estão sem reajuste desde 2017, devido à Emenda Constitucional 95 e enfrentaram sucessivos contingenciamentos de verbas.



No dia 19 de agosto, o PROIFES-Federação reuniu-se com outras entidades ligadas à educação, como a CNTE, UNE, CONIF, e representantes da Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Federais e Frente Parlamentar Mista da Educação para articular estratégias de reversão a esses cortes. Entre os encaminhamentos do encontro estão a articulação com seis outras Frentes Parlamentares, apoio à convocação do Ministro da Educação ao Congresso, uma reunião com o presidente da Câmara Rodrigo Maia, a elaboração de um Manifesto em defesa da educação como bem público e um ato virtual para sua divulgação, previsto para o dia 14 de setembro.

## Jornada Unitária em defesa do Serviço Público

Como enfrentamento à Reforma Administrativa, foi lançada dia 03 de setembro a Jornada Unitária em defesa do Serviço Público, com um ato online que foi transmitido pelas páginas do Facebook da CUT e das Confederações dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) e dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (Confetam), que estão à frente da campanha, além de outras entidades envolvidas. A Jornada também tem uma programação de mobilização digital. Na programação estão previstos seminários temáticos que acontecerão nas próximas quintas-feiras de setembro, até o dia 24, sempre no mesmo horário e nos mesmos canais digitais. No dia 10 a atividade abordará mitos e verdades sobre empresas e serviços públicos e seus trabalhadores e dia 17 serão debatidas privatizações, patrimônio e riquezas nacionais e o papel do Estado no projeto de desenvolvimento do Brasil. **Um Ato Nacional em Defesa dos Servidores e Serviços Públicos acontecerá no dia 30.** Localmente, a Apub já iniciou sua mobilização com uma Campanha nas redes sociais contra a Reforma, a veiculação de um spot em rádio e o lançamento de uma petição online para coleta de assinatura. [📌 Colabore assinando aqui: bit.ly/NaoA-ReformaAdministrativa](https://bit.ly/NaoA-ReformaAdministrativa)

## ► EDUCAÇÃO PÚBLICA

# Fundeb permanente para valer o direito à Educação

## Emenda Constitucional 108 torna a principal fonte de recursos para a educação básica uma política permanente

Com a aprovação unânime da PEC 26/2020 pelo Senado e sua promulgação nos dias 25 e 26 de agosto, o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação) torna-se uma política permanente, prevista na Constituição Federal, de financiamento da Educação Básica, com ampliação do aporte de verbas da União e o mecanismo Custo Aluno-Qualidade

Fruto do esforço da sociedade civil organizada na elaboração da política e na mobilização social, inclusive nas redes sociais durante a pandemia, o fato deve ser comemorado como importante conquista ao fortalecimento do direito à educação pública de qualidade, não obstante o grave período de retrocessos que atravessamos no país. “Nós vemos um desmantelamento das políticas educacionais por este atual governo e essa vitória representa muito. Representou lá atrás, quando o Fundeb entra em vigor em 2007, uma vitória muito importante para a qualidade da educação e das escolas, para a valorização e remuneração dos professores, e neste contexto é fundamental, é um grito dos movimentos sociais, sindicatos, estudantes, educadoras e educadores contra o sucateamento”, afirma a diretora da Apub, Marta Lícia de Jesus, professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia e pesquisadora em Política e Gestão da Educação.

## Evolução no investimento

Segundo o relator da PEC, o senador Flávio Arns (Rede- PR), o atual Fundeb, vigente até dezembro deste ano, corresponde a 63% do investimento público na educação, sendo assim a principal fonte de financiamento da rede básica - das creches e pré-escolas até ensino médio, em todas as modalidades. Composto por impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, e com complementação da União, o Fundo visa garantir recursos para as unidades que não conseguem atender ao valor mínimo nacional por aluno. A verba é destinada, principalmente, para pagamento de professores/as na ativa - com a nova lei, será, no mínimo, pelo menos, 70% dos recursos – e remuneração dos demais profissionais da educação, além de aquisição de material didático, formação continuada, transporte escolar, equipamentos, manutenção e até construção de escolas.

Esta política foi um avanço em relação ao Fundef - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (1998 a 2006), porque passou a incluir também na conta do governo federal a educação infantil e o ensino médio. “Quem acompanhou a realidade dos municípios pobres, após a implementação do Fundef e depois sua ampliação para Fundeb, sabe que a realidade educacional mudou”, relembra Marta.

A partir de 2021, o Fundo contará com maior aporte da União - a complementação de recursos federais aumentará gradualmente dos atuais 10% sobre o valor total arrecadado por estados e municípios até alcançar 23% a partir de 2026. “Nós sabemos que uma lei apenas não tem poder de democratizar o acesso, garantir a permanência, a qualidade e a valorização dos professores. Mas é ponto de partida, sem ela ficaríamos à deriva”, explica a professora.

As novas regras visam o aprimoramento e maior equidade na distribuição dos recursos a partir de um modelo híbrido (entenda em box), que leva em conta a situação também das redes municipais. Pelas regras atuais, a complementação federal não chega a escolas públicas de municípios pobres que pertencem a estados ricos, já que o critério de distribuição é a média de receitas estaduais com exclusão daqueles com maior arrecadação. A lei prevê ainda o fortalecimento da educação infantil com a destinação de 5% dos recursos da União para o setor.

## Custo Aluno-Qualidade

Para enfrentar desigualdades estruturais na educação, uma das maiores apostas tem sido o Custo Aluno-Qualidade (CAQ), um índice que estabelece o quanto deve ser investido por estudante anualmente, de acordo com



cada etapa de ensino. Previsto no Plano Nacional de Educação e elaborado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o CAQ estabelece um parâmetro mínimo de qualidade, definindo em quê e quanto deve ser investido por estudante. O cálculo prevê gastos em itens básicos, como saneamento, energia, telefone; também laboratórios, internet, bibliotecas e os recursos humanos necessários para obter um padrão de ensino e aprendizagem nas escolas de toda a rede, em consonância também com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Além disso, as organizações defendem que o mecanismo deverá contribuir para melhorar a gestão dos recursos, garantir maior segurança jurídica e controle social.

“O CAQ é um instrumento importante de controle porque dá uma noção concreta de quanto custa a oferta da educação, quanto custa melhorar a escola, valorizar as professoras e professores, ter uma escola mais agradável”, defende Marta. O cálculo tem como referência os índices de investimentos dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mas considera a capacidade econômica e a realidade social do Brasil. Com a regulamentação do CAQ, a previsão é de que o valor mínimo investido por estudante passe dos atuais R\$ 3.643,16 em 2020 para cerca de R\$ 5.700 em 2026.

Para a diretora da Apub, a participação social, que culminou na campanha Fundeb pra Valer nas redes, demonstra que o tema do financiamento deixa, aos poucos, de ser um debate para “especialistas” e se torna comum no cotidiano de educadores, estudantes, comunidade escolar e famílias ao discutir projeto pedagógico, infraestrutura da escola, valorização da carreira dos profissionais da educação. “Para que isso tudo aconteça, precisamos articular o que o Estado tem feito com o tipo de investimento que está previsto e o que tem chegado lá na ponta”, defende.

# MODELO HÍBRIDO DE DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB

## Como é hoje

- ▶ O Valor Anual por Aluno é calculado e é estabelecido o índice de complementação(mínimo de 10%).
- ▶ Um montante do recurso federal é destinado ao fundo estadual com menor valor por estudante até que se iguale ao de segundo menor valor;
- ▶ Em seguida, outro montante é destinado aos dois fundos menores até que os valores se igualem ao terceiro menor; e assim por diante até que os estados atinjam o VAA e os recursos esgotem.
- ▶ Dessa forma, acabam sendo contemplados estados das regiões com menor arrecadação, como Norte e Nordeste.

## Como será – 23% de complementação federal

- ▶ 10% - seguem as regras atuais de distribuição
- ▶ 10,5 % - serão distribuídos para redes públicas de ensino municipal, estadual ou distrital que não atingirem o valor anual total por aluno (VAAT), parâmetro de distribuição criado com base na capacidade de financiamento das redes de ensino, sendo que metade do montante deve ser destinado à educação infantil.
- ▶ 2,5% - serão distribuídos com base na evolução dos indicadores de atendimento e melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades. Esse percentual será implementado, gradativamente, a partir do terceiro ano de vigência do texto.

Fonte: Senado

## ► RESISTÊNCIA



# Malês: campus da UNILAB resiste

## Docentes do campus em São Francisco do Conde mantém luta por melhores condições de infraestrutura, trabalho e carreira

O campus dos Malês da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) atravessa dificuldades estruturais, desde sua implantação em 2013 na cidade de São Francisco do Conde, no Recôncavo da Bahia. Dentre tantas razões, sem dúvida pesa a escassez de recursos destinados ao único campus fora do estado do Ceará, aliada às constantes mudanças de reitores – seis gestores pro tempore, indicados pelo Ministério da Educação, em 10 anos de existência da Universidade.

“Essa descontinuidade de gestão foi muito prejudicial para o campus dos Malês, considerando ainda que tivemos alguns reitores que consideravam a distância da sede como um problema maior e tentaram, de algum modo, desvincular os Malês da UNILAB”, afirma a professora Mírian Sumica Reis, primeira diretora do campus a ser eleita pela comunidade universitária em 2018.

A diretora lembra que quando assumiu a direção, a obra do prédio destinado às aulas do Instituto de Humanidades e Letras – que atualmente funciona em local cedido pela prefeitura – já estava paralisada por problemas de descumprimento de contrato por parte da construtora. Em 2019, a construção foi

retomada, mas a empresa voltou a descumprir cláusulas e, por fim, abandonou a obra. “O contrato foi reincidente em fevereiro deste ano, em um cenário já muito ruim do ponto de vista orçamentário. Todo recurso empenhado pela obra, mais de R\$ 4 milhões, teve de ser devolvido. Passamos agora a depender de captação de recursos para dar continuidade”, lamenta.

O descaso das gestões superiores e ameaças de desvinculação do campus à Unilab levaram a um ciclo de mobilizações em 2018, que culminou com a realização de uma audiência pública, apoiada pelo sindicato, com articulação do poder público local, parlamentares estaduais e federais. Segundo Mírian, a defesa da permanência do campus em São Francisco do Conde – considerado o município de maior população negra (mais de 90%) autodeclarada - diz respeito “ao papel que o Malês tem nesse território do recôncavo baiano, nas relações que a Bahia e o Brasil têm com a África lusófona”.

## Condições de trabalho

Além dos aspectos infraestruturais, a comunidade vem denunciando e buscando soluções para resolver o quadro de profunda precarização também das condições de trabalho dos servidores docentes e técnicos-administrativos e a insuficiente política de assistência estudantil. Somente neste período de suspensão das atividades presenciais devido à pandemia, foram mais de doze reuniões das professoras e professores com a Apub acerca das questões relacionadas ao trabalho e carreira docente, envolvendo uma média de 25 docentes por encontro.

No dia 15 de julho, em reunião online com o atual reitor pro tempore da UNILAB, professor Roque Albuquerque, foi entregue um dossiê (vide box os principais pontos do documento), elaborado coletivamente a partir dos encontros, apresentando problemas e demandas vitais para o campus. No documento, os docentes reiteram, como pauta prioritária, a urgência da publicação do Estatuto da UNILAB, fundamental para, entre outras questões, a realização de eleições para reitoria de maneira autônoma e democrática; em 12 de agosto, realizou-se outra audiência com a administração central para reiterar as reivindicações do dossiê e incluir na pauta o debate sobre medidas de segurança digital, tendo em vista as invasões e agressões a salas de reuniões online, como ocorrido durante atividade do projeto de extensão Observatório de Direitos Humanos da UNILAB-Malês, coordenado pelo professor Daniel De Lucca, no dia 11 de agosto.

O diretor da Apub e docente dos Malês, Claudio André de Souza, avaliou positivamente as conversas com a reitoria e ressaltou que a Universidade deve se preocupar “em gerar um pacto político na defesa de um ambiente institucional democrático, isto é, a gestão atual precisa acenar com a construção de uma agenda prioritária do Campus dos Malês”.

## A defesa de um projeto

Apesar das dificuldades, há razões para celebrar a resistência e esforço ao longo dos últimos. O curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades recebeu nota 05 e a licenciatura em Letras obteve nota 04 nas suas primeiras avaliações; o processo e prazos para avaliação dos demais cursos (Relações Internacionais, Ciências Sociais, História e Pedagogia) foram alterados em razão da pandemia. Como resultado, Mírian aponta ainda a boa inserção dos egressos em programas de pós-graduação no Brasil e exterior, e no mercado de trabalho.

Em consonância, a professora Clarisse Paradis, membro do Conselho de Representantes da Apub, enfatiza que em meio à luta pela consolidação do campus dos Malês, está sendo construída uma educação libertadora. “Temos diversos projetos de extensão e pesquisa no campo dos estudos africanos e da diáspora, dos estudos de gênero e sexualidade, e dos estudos étnico-raciais”, aponta.

A defesa desse projeto de Universidade é, sem dúvida, motivação para as tentativas de desmonte, considerando o cenário de recrudescimento do autoritarismo, conservadorismo e da política ultraliberal no país. Para Mírian, no entanto, é motivo de orgulho. “É um trabalho que é feito com muito compromisso e engajamento de uma comunidade que entende o papel desta Universidade para a reescrita das relações Brasil-África a partir de novas travessias entre os continentes”.

### PRINCIPAIS PONTOS DO DOSSIÊ DAS DEMANDAS DA CATEGORIA DOCENTE DO CAMPUS DOS MALÊS AO REITORADO DA UNILAB

- 1) Precariedade das condições de funcionamento do nosso Campus e das nossas atividades laborais e necessidade urgente de finalização dos prédios em construção destinados ao funcionamento do Campus.
- 2) Devolução dos códigos de vagas destinados ao Campus dos Malês, com convocação daqueles aprovados em concursos.
- 3) Mecanismos que melhorem a comunicação e que garantam maior eficiência e efetividade de ações referentes ao Campus dos Malês.
- 4) Construção do Plano de Desenvolvimento de Pessoas de modo participativo e que envolva as instâncias de deliberação superiores.
- 5) Explicitação dos critérios de distribuição das gratificações para todas as instâncias da Unilab.

► ASSESSORIA JURÍDICA

# Setor jurídico da Apub informa sobre processos em andamento e orienta docentes

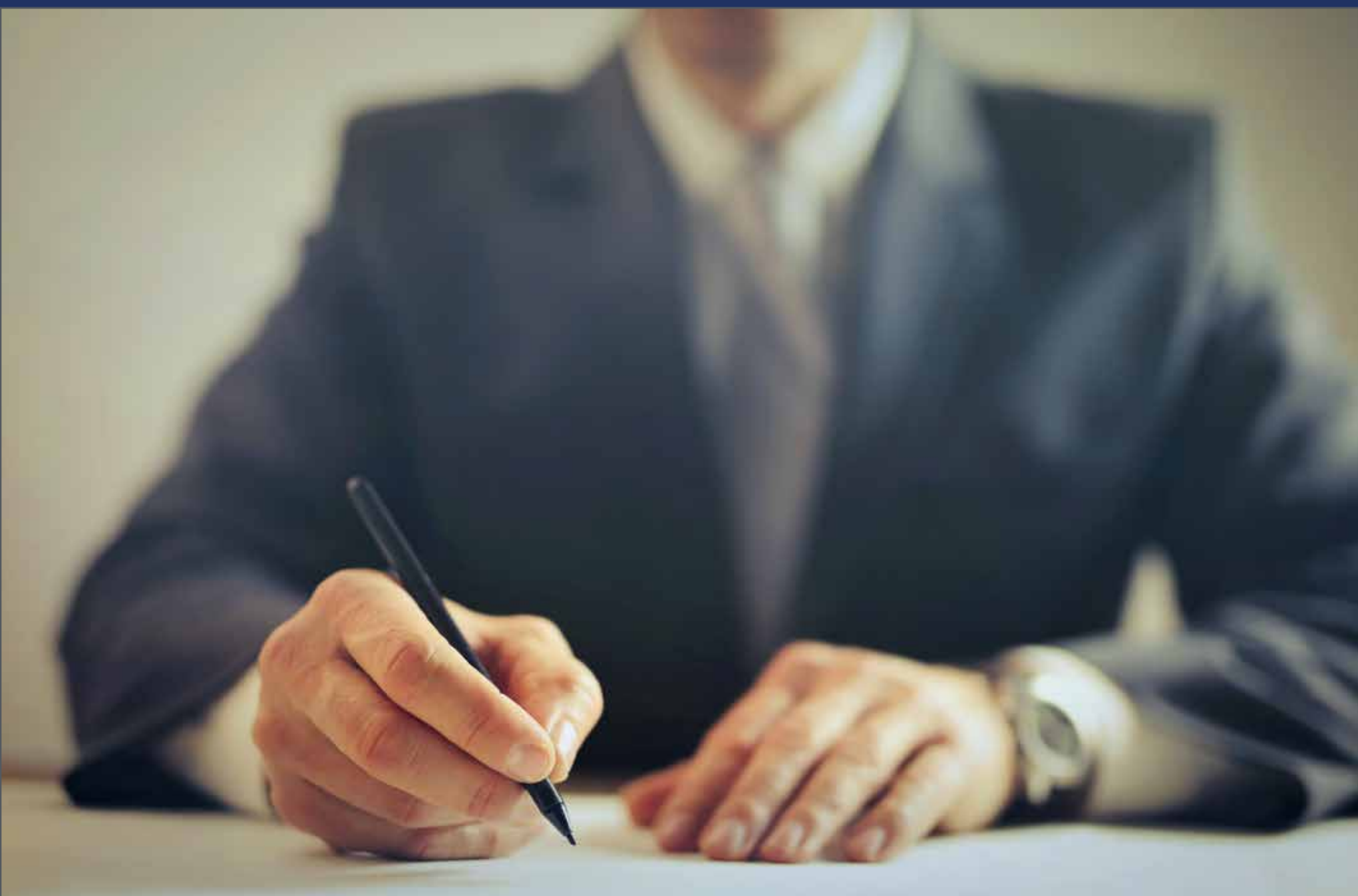
Apesar da pandemia, o jurídico da Apub mantém sua rotina de atendimentos nas tardes de quarta e quinta-feira, via internet ou telefone. Os agendamentos e retirada de dúvidas podem ser feitos através da secretária do setor jurídico, Nautília Machado, no e-mail [assessoriajuridica@apub.org.br](mailto:assessoriajuridica@apub.org.br) ou pelo telefone (71)9.9148-6828.

Nacionalmente, a Apub integra o Fórum Jurídico do PROIFES, cuja última reunião, dia 25 de agosto, debateu medidas do governo federal que impactam a carreira docente na perspectiva de uma articulação das respostas legais das entidades. O Fórum também prepara um Encontro Jurídico Nacional a ser realizado ainda esse ano, de modo online.

Veja a seguir o relatório do setor jurídico sobre o andamento das principais ações da Apub:

## 1) Ação 3,17% - Sobre a digitalização do processo

Foi enviado no dia 11 de agosto, Ofício à juíza Claudia da Costa Tourinho Scarpa, responsável pelo processo dos 3,17%, solicitando a digitalização dos 32 volumes de documentos da ação. O pedido decorre do fato de que os processos digitalizados continuam em execução durante a pandemia, ao contrário dos físicos. Em resposta à Apub, a diretoria da 4ª Vara informou que foram realizadas diversas reuniões buscando soluções para agilizar processos como o dos 3,17% e que estão sob análise as vantagens e ônus da digitalização dos processos físicos. Foi dito ainda que, anterior a qualquer decisão, será consultado o Diretor de Informática do Tribunal Re-



gional Federal 1, responsável pelo sistema, para informar as consequências da migração de um processo volumoso como este. No entanto, afirmaram que a partir do dia 01 de setembro, os prazos e curso dos processos físicos serão retomados normalmente. A Apub ficará atenta à data informada e continuará pressionando para celeridade na execução do processo.

## **2) Instrução Normativa 28/2020 – Suspensão dos adicionais ocupacionais e do auxílio transporte aos que estão em teletrabalho.**

O Jurídico da Apub ingressou com uma Ação postulando a manutenção do pagamento dos adicionais ocupacionais no período da pandemia, para todos aqueles que recebem tais parcelas. Entretanto, antes do encerramento do processo judicial que combate os cortes dos referidos adicionais ocupacionais e do auxílio transporte, a UFBA suspendeu os pagamentos e passou a cobrar retroativamente os valores pagos nos contracheques dos meses de março e abril/2020.

Para impedir a continuidade da cobrança, a assessoria jurídica ingressou com nova ação, com pedido liminar em antecipação de tutela, requerendo o não reembolso pelos docentes dos valores pagos nos meses de março e abril/2020, uma vez que recebidos de boa-fé e em razão de ser verba de natureza alimentar, quando, em decisão do juiz da 16ª Vara Federal, foi determinada que a **UFBA, UFRB, UFSB, UFOB, UNILAB e IFBA**, se abstenham de ordenar, em folha de pagamento, descontos na remuneração, em razão do recebimento das verbas referidas, nos meses de março e abril de 2020. Quanto a discussão da manutenção do pagamento das parcelas de adicionais ocupacionais, ainda não temos decisão de mérito.

### **3) Processo em desfavor da GOLDEN CROSS – Ação para reduzir a mensalidade plano de Saúde da Golden Cross.**

O Jurídico da Apub conseguiu uma vitória junto ao Superior Tribunal de Justiça, que manteve a sentença da juíza de primeiro grau, declarando a abusividade da cláusula contratual que prevê reajuste por sinistralidade e recálculo da mensalidade a partir do triênio anterior à propositura da ação, computados os reajustes autorizados anualmente pela ANS para os contratos individuais/familiares.

### **4) Descontos do PSS sobre o abono de 1/3 de férias – Ação que tem por objeto a não incidência das contribuições para a Seguridade Social sobre o abono de férias.**

A UFBA apresentou comprovantes de que não mais desconta a referida parcela desde 2012, razão porque o juiz proferiu sentença julgando improcedente o pedido de reembolso, anterior a 2014. Dessa sentença, recorreremos ao Tribunal Regional da 1ª Região questionando a imprescritibilidade.

### **5) Descontos do IR sobre o abono de 1/3 de férias – Ação que tem por objeto a não incidência do Imposto de Renda sobre o abono de férias**

A ação foi contestada pela União, porém ainda não há sentença de mérito.

## **Orientações**

Diante dos evidentes ataques que servidores/as públicos/as vêm sofrendo, a Apub solicitou ao seu jurídico algumas orientações preliminares para a proteção dos/as docentes nesse contexto.

### **Sobre afastamento para aperfeiçoamento**

Muitos/as professores/as permaneceram no exterior em razão da pandemia e tiveram que suspender as suas atividades acadêmicas na instituição visitante, quando estava a terminar o prazo de concessão do afastamento na instituição de origem, razão porque vêm requerendo a prorrogação do afastamento, possibilitando o término do projeto. Assim, para docentes que permanecem no exterior e tiveram interrompido o projeto acadêmico do Doutorado ou Pós-Doc, lembramos que não existe base legal para o requerimento da prorrogação do afastamento. Qualquer pedido feito em razão da pandemia deverá ser apreciado pela unidade de lotação e, posteriormente, pela PRODEP. Se o/a docente tiver que retornar as suas atividades, poderá requerer a prestação dos seus serviços de forma online, o que poderá ser executado no local em que se encontra, existindo base legal na Portaria n.º 111/2020 – UFBA.

## Sobre a utilização de WhatsApp e e-mails institucionais

Com a pandemia e o trabalho remoto, os organismos da universidade buscam dinamizar a comunicação, muitas vezes utilizando as mídias de grupos de WhatsApp para comunicados formais da instituição, bem como tem ocorrido manifestações políticas e defesas subjetivas nos e-mails institucionais, que ultrapassa os limites da legalidade. O WhatsApp não possui caráter oficial para comunicados oficiais institucionais, posto que informal e ilegal para tais comunicados. Ainda, considerando as investidas do governo federal – Nota Técnica nº 1.556/2020, da Controladoria-Geral da União - CGU, que visa identificar servidores que utilizam-se das plataformas digitais formais - orientamos que e-mails corporativos não sejam utilizados para assuntos não institucionais, entendendo que essas plataformas são a extensão da repartição pública e como tal deverão se enquadrar nos dispositivos da Lei nº 8.112/1990. A Apub chama a atenção para esse assunto, uma vez que, assim como grupo de WhatsApp não poderá ser reconhecido como plataforma digital formal, os e-mails institucionais, deverão ser usados somente para os comunicados institucionais.

## Sobre o trabalho remoto emergencial

O trabalho remoto emergencial tem gerado muitas dúvidas acerca das medidas e metodologia de ensino. Em primeiro lugar, é preciso enfatizar que se trata de uma iniciativa emergencial e de caráter provisório, sendo adotado apenas no período da pandemia e que caso docentes e estudantes não tenham condições de participar das atividades online, deverão comunicar-se com o seu departamento. Outro ponto é que não existe nenhuma previsão legal de reembolso de custos operacionais para compensar o uso de equipamentos e aumentada conta de energia ou internet. Porém, a Apub recomenda que questionamentos a esse respeito sejam oficialmente encaminhados ao sindicato, para que seja avaliado se há um problema sistêmico. Do mesmo modo, docentes que venham a ter aumento significativo de carga horária, devem comunicar ao sindicato.



**APUB SINDICATO DOS PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES  
FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA**

Endereço: Rua Professor Aristides Novis, 44,  
CEP 40210-630, Federação - Salvador – Bahia.

**DIRETORIA**

Presidenta: Raquel Nery Lima Bezerra  
Vice-presidente: Emanuel Lins Freire Vasconcelos  
Diretor Administrativo: Nildo Manoel da Silva Ribeiro  
Diretora Financeira: Marta Licia Teles Brito de Jesus  
Diretor Acadêmico: Jailson Alves dos Santos  
Diretor de Comunicação e Cultura: Cláudio André de Souza  
Diretor Social e de Aposentados: Joviniano Soares de Carvalho Neto.

**CONSELHO FISCAL**

**Titulares:**

Ricardo Fernandes Carvalho, Auristela Felix de Oliveira  
Teodoro e Ubiratan Felix Pereira dos Santos.

**Suplentes:**

Eliete da Silva Bispo e Rutildes Moreira da Fonseca.

**CONSELHO DE REPRESENTANTES  
(Titular/Suplentes):**

**UFBA—SSA:**

1. Daniel Tourinho Peres (FFCH)/Fátima Regina Gomes Tavares (FFCH)
2. Marize Souza Carvalho (FACED)/Meran Muniz da Costa Vargens (Teatro)
3. Luiz Eugênio (ISC)/Maria de Nazareth Viana (Farmácia/Aposentada);

**UFBA – IMS/Vitória da Conquista:**

1. Daniele Souto Medeiros (IMS)/Vivian Carla Honorato dos Santos de Carvalho (IMS/CAT);

**UFRB:**

1. Claudia Feio da Maia Lima (CCS)/Maria de Fátima da Silva Pinto Peixoto (Aposentada);

**IFBA:**

1. Eloisa Santos Pinto (IFBA)/ José Antonio Alves Miranda (Aposentado);

**UNILAB – Campus Malês:**

Clarisse Goulart Paradis/Enzo Lenine Nunes Batista Oliveira Lima (IHL-Malês).

---

**EXPEDIENTE**

Redação: Anaíra Lôbo, Carolina Guimarães e Greice Mara Silva  
Diagramação: Carlos Vilmar [ascom@apub.org.br](mailto:ascom@apub.org.br)  
Fechamento da edição: 09/09/2020.